

Cidades médias, Indústrias Criativas e Inovação nas Universidades: Panorama do Rio Grande do Sul

Medium-sized cities, Creative Industries and Innovation in Universities: Panorama of Rio Grande do Sul

Dra. Margarete Panerai Araujo¹
Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira²

Resumo: As indústrias criativas estão diretamente relacionadas aos processos de inovação tornando-se num círculo virtuoso, cujas implicações significativas dos processos criativos estão presentes na atualidade. O objetivo geral é apresentar algumas premissas teóricas sobre as cidades médias, as indústrias criativas e sobre inovação nas Universidades, oferecendo um panorama parcial dessas relações no Estado do Rio Grande do Sul. A metodologia de natureza qualitativa é descritiva sendo a técnica bibliográfica. Busca-se refletir que a existência de ambientes tecnológicos nas Universidades estimula a geração de inovação, e do desenvolvimento, sendo esse, um dos fatores impulsores educativos e produtivos nas cidades médias.

Palavras-chaves: Ambientes de inovação. Cidades médias. Indústria Criativa.

Abstract: The creative industries are directly related to the innovation processes becoming a virtuous circle, whose significant implications of the creative processes are present today. The general objective is to present some theoretical premises about the medium cities, the creative industries and about innovation in the universities offering a partial panorama of these relations in the State of Rio Grande do Sul. The qualitative methodology is descriptive being the bibliographic technique. It seeks to reflect that the existence of technological environments in universities stimulates the generation of innovation, and development, which is an educational and productive driving factor in medium-sized cities.

Keywords: Innovation environments. Medium cities. Creative Industry.

1. Introdução

O mundo vive um ensejo em que a economia criativa está em grande expansão, sendo considerada pela UNCTAD (2012), a grande área que reúne os setores mais dinâmicos. De Masi (2000; 2001) descreveu, que se vive uma terceira onda, entendida como uma era pós-industrial e exaltou com isso a dimensão da criatividade humana. Nesse sentido, num contexto globalizado e dinâmico, é significativo estudar as categorias centrais como economia e indústria

¹ Pós-doutorado em Administração Pública e de Empresas em Políticas e Estratégias pela FGV EBAPE/RJ (2013); Pós-doutorado em Comunicação Social, Cidadania e Região na UMESP nas Cátedras UNESCO de Comunicação e Gestão de Cidades (2010). Possui Doutorado em Comunicação Social pela PUCRS (2004); Professora convidada no Mestrado em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (PPGDR-Faccat). Pós-doutoranda do PPGDR UNISC.

² Pós-Doutorado em Geografia e Planeamento Regional pela Universidade Nova de Lisboa, com bolsa da CAPES (BEX 7352/14-0). Pesquisador do CNPq. Pesquisador Visitante do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa - CICS.NOVA. Geógrafo graduado pela PUCRS, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela UFSC. Professor titular e pesquisador do Departamento de Ciências, Humanidades e Educação, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado, da Universidade de Santa Cruz do Sul.

criativa, ambientes de inovação. O método é qualitativo e bibliográfico.

A hipótese de que a existência dos ambientes de inovação nas Universidades estimula a geração de ecossistemas criativos, de inovação, e desenvolvimento sendo esse um dos fatores impulsionadores nas cidades médias. Para efeito deste estudo fez-se necessário à escolha do Estado do Rio Grande do Sul e as Instituições de Ensino Superior do COMUNG. Serão apresentadas a seguir algumas referências teóricas a partir da seguinte subdivisão: Essa introdução, conceitos da indústria criativa e sua caracterização; o método utilizado e as análises dos itens: agenda criativa dos ambientes de inovação, inovação nas cidades médias e legislação da agenda criativa: o caso do estado do rio grande do sul. Por último as conclusões e referenciais utilizados.

2. Conceitos da Indústria criativa e sua caracterização

Para discorrer sobre a categoria principal economia e indústria criativa, é bom lembrar, que os termos foram utilizados em 1994 na Austrália, condensando posteriormente várias políticas públicas, com um potencial econômico, cultural e inovador. O Relatório de Economia Criativa 2010 (UNCTAD, 2012, p.3), destacou que: “criatividade foi considerada o uso de ideias para produzir novas ideias e esse sugeriu a atividade humana e os ativos memoriais e culturais, como recursos dotados tanto de valores culturais quanto econômicos”.

Os “[...] produtos e serviços criativos, que fazem parte desse mesmo escopo refletem as influências das indústrias criativas e de sua importância econômica crescente”, conforme reafirmou Bendassoli et al. (2009, p. 11). O relatório da UNCTAD (2012, p.3) apresentou que “[...] produtos e serviços culturais podem ser vistos como um subconjunto de uma categoria maior, que pode ser chamada de produtos e serviços criativos, cuja produção exige um nível razoavelmente relevante de criatividade”. Também a expressão indústria cultural, conforme UNCTAD (2012, p.5) largamente utilizada no período pós-guerra, ofereceu uma crítica ao entretenimento de massa desenvolvido pela escola Frankfurt e, colaborou com o conceito. Conforme a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura - UNESCO (2018) e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento - UNCTAD (2012, p.5), é importante lembrar que “[...] as indústrias culturais são tidas como aquelas indústrias que combinam a criação, produção e comercialização de conteúdos intangíveis e culturais por natureza relacionando com a economia criativa”. Cunningham e Higgs (2008, p. 3) destacaram a importância do escopo conceitual da economia cultural criativa e do “esforço para superar algumas das limitações evidenciadas no DCMS”.

A UNCTAD (2012) através de seu relatório lembrou da DCMS (1998, p.6) nas suas publicações, destacando a preocupação com “a geração, exploração e emprego desta propriedade intelectual, além dos mapeamentos de setores econômicos criativos e culturais para uma região”. A UNESCO (2018), a British Council (2010) e vários autores desenvolveram estudos sobre a necessidade de políticas públicas, que garantem notoriedade, aos conceitos criativos e culturais em diversas abordagens da Europa e na América Latina onde o tema ainda inclui diferentes correntes como: [...] “radicais, neoclássicas, de economia do bem-estar, de política pública e de economia institucional”, segundo a UNCTAD (2012, p.5).

No relatório da UNCTAD (2012) foi descrito as quinze indústrias criativas das mais diversas áreas e, portanto, não há um conceito específico, mas subjetivo para a economia criativa. O relatório apontou em direção a uma (UNCTAD, 2012, p.9) “[...] uma convergência de um grupo central de indústrias criativas e suas interações gerais, que geram crescimento e desenvolvimento econômico”. Para a UNCTAD, a definição desse conceito ficou estabelecida como aquela que:

[...] pode estimular a geração de renda, criação de empregos e a exportação de ganhos, ao mesmo tempo em que promove a inclusão social, diversidade cultural e desenvolvimento humano. Ela abraça aspectos econômicos, culturais e sociais que interagem com objetivos de tecnologia, propriedade intelectual e turismo. É um conjunto de atividades econômicas baseadas em conhecimento, com uma dimensão de desenvolvimento e interligações cruzadas em macro e micro níveis para a economia em geral. É uma opção de desenvolvimento viável que demanda respostas de políticas inovadoras e multidisciplinares, além de ação interministerial. No centro da economia criativa, localizam-se as indústrias criativas (UNCTAD, 2012, p.10).

Nesse sentido, entende-se como Indústria criativa:

[...] são os ciclos de criação, produção e distribuição de produtos e serviços que utilizam criatividade e capital intelectual como insumos primários; constituem um conjunto de atividades baseadas em conhecimento, focadas, entre outros, nas artes, que potencialmente gerem receitas de vendas e direitos de propriedade intelectual; constituem produtos tangíveis e serviços intelectuais ou artísticos intangíveis com conteúdo criativo, valor econômico e objetivos de mercado; posicionam-se no cruzamento entre os setores artísticos, de serviços e industriais; e constituem um novo setor dinâmico no comércio mundial (UNCTAD, 2012, p.8).

Ou seja, emprego do termo indústrias criativas, considerado ainda novo, vem amplificando o seu propósito em diferentes padrões e pressuposição, subentendidos, que classificam essas indústrias em centrais e periféricas, segundo a UNCTAD (2012, p.6) “[...] são aquelas com atividades que envolvem o núcleo principal; atividades relacionadas que provêm os bens e serviços do núcleo e as atividades de apoio que ofertam bens e serviços ao núcleo”. Os fracionamentos que representam as grandes áreas funcionais da economia criativa, segundo a UNCTAD (2012, p.38) são:

Patrimônio com subgrupos como Expressões culturais tradicionais: artesanato, festivais e celebrações; e Locais culturais: sítios arqueológicos, museus, bibliotecas, exposições, etc.

Artes com subgrupos Artes visuais: pinturas, esculturas, fotografia e antiguidades; e Artes cênicas: música ao vivo, teatro, dança, ópera, circo, teatro de fantoches, etc.

Mídia com subgrupos Editores e mídias impressas: livros, imprensa e outras publicações; e Audiovisuais: filmes, televisão, rádio e demais radiodifusões.

Criações funcionais com subgrupos como Design: interiores, gráfico, moda, joalheria, brinquedos;

Novas mídias: arquitetônico, publicidade, cultural e recreativo, pesquisa e desenvolvimento (P&D) criativo, outros serviços criativos digitais.

Envolvendo cadeias industriais, o conceito foi sendo utilizado por diferentes países englobando modelos, conforme a figura 1. Para a UNCTAD (2012) e UNESCO (2018) “não existe um modelo correto, mas maneiras de interpretação das características estruturais da produção criativa” (UNCTAD, 2010, p. 37). São as análises que caracterizam o propósito do conceito.

Figura 1. Sistemas de classificação para as indústrias criativas derivadas de diferentes modelos

Tabela 1.1 Sistemas de classificação para as indústrias criativas derivadas de diferentes modelos			
1. Modelo do DCMS do RU	2. Modelo de textos simbólicos	3. Modelo de círculos concêntricos	4. Modelo de direitos autorais da OMPI
Publicidade Publicidade Arte e ambiguidades Artesanato Design Moda Filme e vídeo Música Artes cênicas Editoras Software Televisão e rádio Videogames e jogos de computador	Indústrias culturais centrais Publicidade Filmes Internet Música Editoras Televisão e rádio Videogames e jogos de computador Indústrias culturais periféricas Artes cênicas Indústrias culturais sem distinção fixa Eletrônicos para consumidor Moda Software Esporte	Artes criativas centrais Literatura Música Artes cênicas Artes visuais Outras indústrias culturais centrais Filmes Museus e bibliotecas Indústrias culturais mais amplas Serviços de patrimônio Editoras Gravação de sons Televisão e rádio Videogames e jogos de computador Indústrias relacionadas Publicidade Arquitetura Design Moda	Indústrias centrais de direitos autorais Publicidade Sociedades de gestão coletiva Filmes e vídeos Música Artes cênicas Editoras Software Televisão e rádio Artes gráficas e visuais Indústrias de direitos autorais interdependentes Material de gravação em branco Eletrônicos para consumidor Instrumentos musicais Papel Fotocopiadoras Equipamento fotográfico Indústrias de direitos autorais parciais Arquitetura Vestuzário, calçados Design Moda Utensílios domésticos Brinquedos

Fonte: UNCTAD, 2010, p.37.

Dessas classificações do modelo adotado pela UNCTAD se recorre a diferentes núcleos de pesquisa e autores que vêm desenvolvendo estudos semelhantes, conforme o quadro 1.

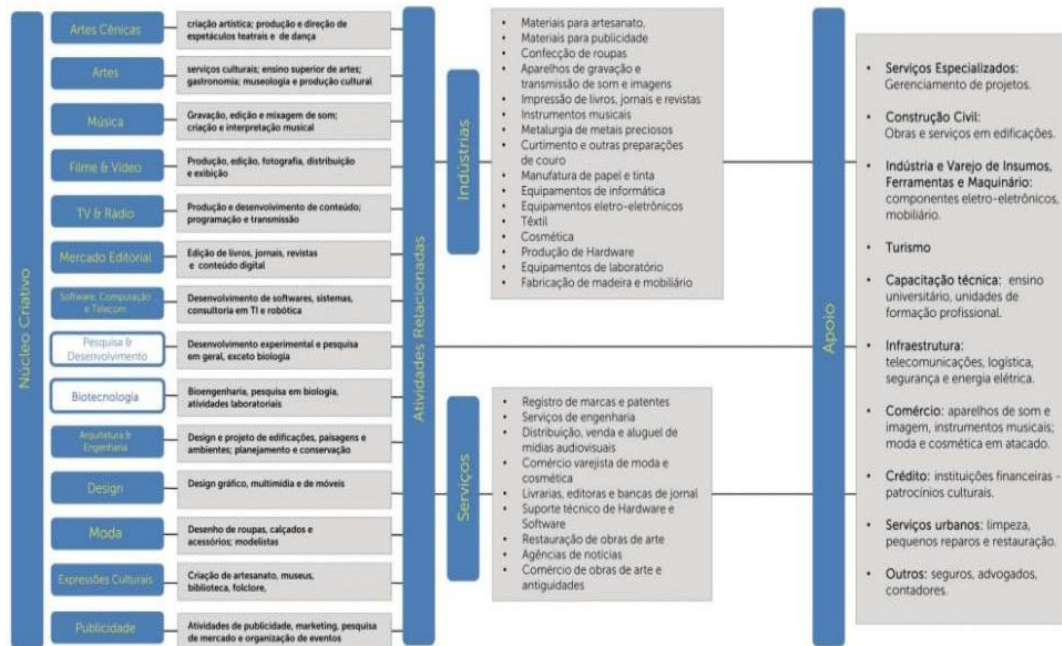
Quadro 1. Autores e premissas teóricas

Autores	Premissas
Landry, Charles (2013)	Estuda as Redes de Cidades Criativas para promover a cooperação com e entre as cidades que identificaram a criatividade como um fator estratégico para o desenvolvimento urbano sustentável.
Benhamou, Françoise. (2016)	Participa de discussões conceituais e troca de experiências práticas sobre a sustentabilidade da economia criativa, inovação e empreendedorismo junto com autores brasileiros e o Ministério da Cultura (MinC).
Florida, Richard (2011)	Utiliza três variáveis principais a fim de obter um índice para ranquear cidades criativas: como 3Ts – tecnologia, talento e tolerância.
Pratt, Andy C. et al. (2015).	A história do século XX afetou nosso entendimento sobre o uso de ambos “inovação e criatividade”. Os ensaios sublinham o argumento de que o conhecimento é sempre e necessariamente formado no contexto.
UNCTAD (2012)	A relatoria concluiu que as indústrias criativas estavam entre os setores mais dinâmicos da economia mundial, oferecendo novas oportunidades de alto crescimento para os países em desenvolvimento. O relatório vem sendo amplamente utilizado tanto por legisladores, quanto por profissionais do desenvolvimento e pesquisadores.
UNESCO (2018)	É um importante instrumento para implementar a Convenção de 2005, ratificada por 146 países-membros, sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais nos países.
BRITISH COUNCIL (2010).	Existem cinco razões para se realizar o trabalho de verificação dos níveis de criatividade de uma cidade ou região: (1) levantar um perfil das indústrias criativas; (2) aprender mais sobre esse setor dinâmico e sua evolução; (3) preparar-se para crescimento futuro; (4) engajar líderes em questões de políticas públicas que afetem as indústrias criativas tais como revitalização urbana, desenvolvimento rural e (5) coesão social.
Quintela, Pedro, Ferreira, Claudino (2018); Fortuna, Carlos e Santos, Augusto Silva (2001).	O debate em torno da Agenda Criativa ganha impacto, sobretudo a partir de meados dos anos 2000, sendo um ciclo de modernização do país e das cidades pela cultura.
Duxbury, Nancy (2020).	Atua no turismo criativo, «CREATOUR: Desenvolver Destinos de Turismo Criativo em Cidades de Pequena Dimensão e Áreas Rurais» (2016-2020) e coordenador da equipe do CES que contribui para o projeto H2020, UNCHARTED. Compreendendo, capturando e promovendo o valor social da cultura (2020-2024). A sua investigação incide também sobre cultura e sustentabilidade, planejamento cultural e mapeamento cultural.

Fonte: Produzida pelos autores, 2020.

No Brasil o SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas; a ANPROTEC, Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores, o Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT) na Universidade da Bahia e os Estudos setoriais em Economia da Cultura e Indústrias Criativas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bem como, vários núcleos, ainda do ponto de vista conceitual, organizam os segmentos dando um novo formato a análise das cadeias industriais. Um mapeamento da indústria criativa foi efetuado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), em 2008 e, vem sendo uma menção de vários estudos. O fluxograma da figura 3 retrata a cadeia da indústria criativa e singulariza as grandes áreas de amplitude.

Figura 2. Fluxograma da cadeia da indústria.



Fonte: FIRJAN, 2008, p.11.

A agenda criativa vem se associando com os territórios e com as cidades e mapeamentos locais. A FIRJAN (2008) reuniu diferentes taxonomias para os núcleos indicados no relatório da UNCTAD (2012) e descreveu no seu mapeamento as áreas divididas em:

Área de Consumo: formada pelos segmentos da Publicidade, Arquitetura, Design e Moda. Essa área é a maior da cadeia de produção da indústria criativa brasileira, respondendo, por exemplo, pelo emprego direto de mais de 420 mil trabalhadores (FIRJAN, 2008, p. 18).

Área da Cultura: Reúne os segmentos das Expressões Culturais, Patrimônio e Arte, Música e Artes Cênicas. Mesmo sendo a menor na geração de empregos, é a que mais cresceu nos últimos 10 anos, com aumento de 43,6% (FIRJAN, 2008, p. 23).

Área das Mídias: Engloba os segmentos Editorial e Audiovisual (FIRJAN, 2008, p. 27).

Área de Tecnologia: formada pelos segmentos de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento), TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) e Biotecnologia, essa área emprega mais de 300 mil profissionais criativos diretos (FIRJAN, 2008, p. 31).

O mapeamento proposto pela FIRJAN (2008) abordou contextualmente as empresas, ocupações formais e todo o crescimento do emprego em economia com diferentes recortes setoriais, do ponto de vista espacial, de gênero, escolaridade média dos trabalhadores, do tempo de emprego e anos de estudo, além da informalidade. Estas informações do tamanho da economia criativa no Brasil e nos estados acentuam a importância de um recorte nas ocupações criativas.

A economia e indústrias criativas junto às Universidades desempenham um papel imprescindível no desenvolvimento econômico, social e político da sociedade. Nesse sentido, estudar os avanços dos ambientes de inovação sem dúvida é um dos pilares para o desenvolvimento de pesquisas e acesso a esse conhecimento. As Universidades estão mais sensíveis aos problemas em suas regiões e o ensino, pesquisa e extensão oportunizando a relação da teoria e a prática. Segundo Florida (2011, p. 44) são as Universidades, que reconhecem e institucionalizam a economia criativa, além das subdivisões dos segmentos e dos profissionais, cooperando não só para seu desenvolvimento, mas também para a valorização do território a qual pertence. São elas Universidades, que fomentam o empreendedorismo, a inovação e a tecnologia a partir das práticas acadêmicas, nos laboratórios, bem como, em projetos de extensão ratificando a institucionalização dessas indústrias criativas, como atividades de bens e serviços e se apropriam da cultura na produção de objetos com valores simbólicos, sociais e econômicos. Assim, ao delimitar o conceito de economia criativa e suas caracterizações, cabe relacionar as funções dos ambientes inovativos e as cidades médias.

3. Método

A pesquisa bibliográfica correlaciona fatos, sem manipulá-los, segundo Flick (2004) e a abordagem qualitativa na sua condução possibilita fazer descobertas, segundo Bauer e Gaskell (2002). Nesse sentido, a pesquisa qualitativa e bibliográfica em livros e artigos científicos oferecem fundamentação para os temas abordados. A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas (em livros, revistas etc.) e por ser independentemente, é parte imprescindível em todos os tipos de pesquisa.

4. Discussão de dados

A discussão dos dados pressupõe o levantamento de referências sobre a agenda criativa nos ambientes de inovação; inovação nas cidades médias e a legislação da agenda criativa com estudo no Estado do Rio Grande do Sul.

4.1. A agenda criativa nos ambientes de inovação

No contexto do estudo se percebe, que o panorama do Rio Grande do Sul, conta com um sistema avançado de ensino superior de modalidade comunitária. Esse sistema se constitui

em um patrimônio público devido ao vínculo que estabelecem por serem instituições públicas não estatais, sem fins lucrativos e com gestão democrática e participativa. No Atlas do RS (SEPLAG, 2019) houve um destaque aos sistemas de inovação divididos, no estado em Polos, Parques e Incubadoras Tecnológicas, sendo grande parte deles pertencentes às Universidades.

O estado conta com 15 Parques Tecnológicos e 30 Incubadoras Tecnológicas, conforme figura 3, com um grande número delas reunidas no entorno da RMPA, representando um conjunto de atores do conhecimento e inovação vinculados à esfera produtiva, que merecem ser estudados.

Figura 3. Distribuição de Incubadoras conforme as Universidades

Incubadora	Símbolo	Município	Instituição Gestora	Empresas Incubadas	Empresas Graduadas
Incubadora Tecnológica Moveira SEIAI	INCOMOVEL	Bento Gonçalves	SEIAI - Departamento Regional do Rio Grande do Sul e Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves	–	–
Incubadora Tecnológica da ULBRA Canoas	ULBRATECH	Canoas	ULBRA	5	–
Instituto Empresarial de Inovação e Inovação Tecnológica	IEITEC	Canoas	IEITEC/SIMECAM	19	9
Incubadora de Empresas de Base Tecnológica - Unilasalle Canoas	INCUBATEC - UNILASALLE	Canoas	UNILASALLE	–	–
Tecnosocial Unilasalle	TECNOSOCIAL - UNILASALLE	Canoas	UNILASALLE	–	–
Incubadora de Design ID-UCS	ITDESIGN	Caxias do Sul	UCS	–	–
Incubadora Tecnológica de Caxias do Sul	ITEC	Caxias do Sul	UCS	–	–
Incubadora de Empresas de Inovação Tecnológica	CRIMATEC	Ijuí	UNIJUI	16	13
Centro de Inovação Tecnológica da Univates	INOVATES	Lajeado	UNIVATES	5	21
Incubadora de Economia Solidária	IES	Novo Hamburgo	FEEVALE	–	–
Incubadora Tecnológica Liberato	ITEL	Novo Hamburgo	FETLSVC	–	–
Incubadora Tecnológica da Feevale - unidades Novo Hamburgo e Campo Bom	TECHPARK	Novo Hamburgo/ Campo Bom	FEEVALE	37	44
Incubadora de Negócios Inovadores de Base Tecnológica	INCUBATEC	Passo Fundo	IMED	10	–
Centro de Incubação de Empresas da Região Sul	CIEMSUL	Pelotas	UCPEL	2	13
Incubadora Empresarial do Centro de Biotecnologia	IE-CBiot	Porto Alegre	UFRGS	4	4
Incubadora Tecnológica Héstia	HESTIA	Porto Alegre	UFRGS	6	5
Centro de Empreendimentos do Instituto de Informática	CEI	Porto Alegre	UFRGS	19	78
Incubadora Multissetorial de Empresas de Base Tecnológica da PUCRS	RAIAR	Porto Alegre	TECNOFUC	19	78
Incubadora de Negócios da ESPM-Sul	IN - ESPM	Porto Alegre	ASPM	–	–
Incubadora Tecnológica Empresarial de Alimentos e Cadeias Agroindustriais	ITACA	Porto Alegre	UFRGS	–	3
Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares	ITCP	Porto Alegre	UFRGS	–	–
Incubadora Tecnológica CIENTEC - unidades Porto Alegre e Cachoeirinha	ITCIENTEC	Porto Alegre/Cachoeirinha	CIENTEC	5	19
Incubadora Tecnológica da UNISC - unidades Santa Cruz do Sul e Vera Cruz	ITUNISC	Santa Cruz do Sul/ Vera Cruz	UNISC	4	17
Incubadora Tecnológica de Santa Maria	IN - UFSM	Santa Maria	UFSM	17	30
Incubadora Tecnológica UNIFRA	ITUNIFRA	Santa Maria	UNIFRA	–	–
Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da URI Santo Angelo	URINOVA	Santo Angelo	URI	5	–
Unidade de Inovação e Tecnologia da Unisinos	UNITEC	São Leopoldo	UNISINOS	36	10

Fonte: SEPLAG, 2019.

O Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG), constituído em 27 de abril de 1996 é integrado por 15 instituições de ensino e, atualmente, contabiliza uma multiplicidade de cursos de graduação e pós-graduação. Conforme os seus princípios, o sistema busca, através de convênios e políticas públicas, a promoção do ensino, pesquisa e extensão, além de atividades culturais e desenvolvimento de ações de inovação, conforme *site* do COMUNG (2020).

As instituições que formam o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG) representam a rede de educação, ciência e tecnologia, que abrange alguns

municípios do estado do RGS. O COMUNG (2020, s.p.) consolidou “instituições com programas e experiências compartilhadas, avaliação institucional, intercâmbios, qualificação e treinamento e fóruns de tecnologia da informação, além da integração” entre diversos segmentos, como por exemplo, os polos, parques e incubadoras. Grande parte das novidades relacionadas ao conhecimento e pesquisa da última década vêm sendo desenvolvidas nos ambientes de inovação, e estão relacionadas ao que se vinculou chamar de economia e indústria criativa. Estes são um “conjunto de negócios baseados no capital intelectual, cultural e na criatividade, que geram valor econômico, além de oportunizar a transferência e fruição acelerada de conhecimento e de uma comunicação organizacional, relacionada a uma cultura empreendedora e inovativa” (ZAMBANINI; BRESCIANI; SOUZA; ORTEGA 2013, p.4). Esses ambientes de inovação extrapolaram os limites do espaço geográfico abrangendo o conceito de território, segundo Zambanini, Bresciani, Souza e Ortega (2013, p.5) são uma:

[...] multiterritorialidade, onde as relações ocorrem tanto por meios físicos quanto por meios virtuais, extrapolando os limites geográficos, onde há heterogeneidade e a complexidade do mundo real, considerando características ambientais específicas, atores sociais, acesso aos recursos estratégicos para o desenvolvimento produtivo e empresarial, contemplando o movimento, contradições, relações de poder, identidades, redes de circulação e comunicação etc., ligadas às dinâmicas política, econômica, ambiental, social e cultural.

4.2. Inovação nas Cidades Médias

As “cidades médias” onde estão localizadas estas Universidades, ainda se constituem em um conceito novo e em construção. Representam “espaços de urbano- de retransmissão e nó de comando e de interação com suas hinterlândias e interfaces entre cidade e região” (CORRÊA, 2007, p. 30.). Sposito (2007) sublinhou nos seus estudos que as atividades econômicas e de serviços na estrutura econômica, como os próximos ao ensino superior, bem como serviços especializados de saúde, às atividades culturais, pois todas colaboram para diferentes dinâmicas de desenvolvimento urbano e regional, nas regiões das cidades médias. Nesse ínterim destacou:

Cidades médias que ampliam seus papéis, porque diminuem os papéis das cidades pequenas a partir de uma série de mecanismos econômicos, ou cidades que, em função do tipo de atividade que têm, das lideranças que ali se encontram, são capazes de crescer e propor um projeto ou desempenhar um papel político, econômico e social de crescimento para toda uma região (SPOSITO, 2009, p. 19).

Outra possível definição é baseada no critério demográfico, e pela centralidade e funções urbanas das cidades. No critério demográfico se evidencia a importância do tamanho

da sua população, conforme o IBGE (entre 100 e 500 mil habitantes) elas se caracterizam como:

[...] para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE -, a cidade média é aquela que possui população entre 100.000 e 500.000 habitantes. Conforme a Organização das Nações Unidas – ONU -, as cidades médias são aquelas com aglomerações entre 100.000 e 1.000.000 de habitantes [...] Andrade e Serra (2001) também trabalham com essa mesma definição de cidade média apresentada pelo IBGE. Enquanto Amorim Filho e Bueno e Abreu (1982) estabeleceram um tamanho mínimo de 10 mil na sede do município [...] (FRANÇA, 2007, p. 51-52).

Sposito (2007) enfatiza que o critério populacional é determinante na hora de definir uma cidade como média e toma como referência a análise dos novos conteúdos de centro e periferia. Ou seja, não é o conjunto das "cidades de porte médio", mas, apenas as "cidades médias", ou são intermediárias entre a(s) metrópole(s) e as cidades pequenas engendrando a rede urbana na intermediação regional. A cidade configurada de forma geográfica é organizada pelo espaço geográfico, que atrai fluxos de pessoas e todo um fator ativo, uma instância da sociedade, como a economia, a cultura e as instituições. Os autores Amorim Filho e Serra (2001, p. 7-8) propuseram uma conceituação mais abrangente e, cuja, caracterização das cidades médias, se baseava nos seguintes atributos:

- Interações constantes e duradouras tanto em seu espaço regional, quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior;
- Tamanho demográfico e funcional suficientes para que possam oferecer um leque bastante largo de bens e serviços microrregional a elas ligado;
- Capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural [...];
- Condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização com o espaço rural, microrregional que as envolve;
- Diferenciação do espaço intraurbano com um centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica [...];
- Aparecimento, embora evidentemente em menor escala, de certos problemas semelhantes aos das grandes cidades, como, por exemplo, a pobreza das populações de certos setores urbanos (AMORIM FILHO E SERRA, 2001, p. 7-8).

Elias (2017) destacou que, as cidades médias, seriam bastante propícias para investigações voltadas para romper a dicotomia entre os estudos da economia política da urbanização e da economia política da cidade, porque elas executam papéis comandados na rede urbana. Segundo Elias (2017) citando Pequeno (2010), apesar de reconhecermos as interseções derivadas de associações entre os diferentes agentes produtores do espaço urbano, adotou como referência a existência da sobreposição de três cidades nos espaços intra urbanos:

- a) a cidade produzida pelo mercado imobiliário, onde promotores imobiliários, incorporadores, construtores corretores realizam a produção capitalista do espaço;
- b) a cidade onde a moradia é produzida de maneira espontânea e informal com realce para o processo de favelização, destacando-se as áreas de ocupação nas quais o próprio morador toma a frente do processo construtivo sem qualquer assistência técnica; e c)

a cidade derivada das políticas públicas de desenvolvimento urbano e habitacional, com a produção de habitação de interesse social e a formulação dos processos de planejamento na qual o Estado sobressai como agente principal (ELIAS, 2017, p.50).

As cidades médias por vezes são reconhecidas nas cidades médias pelo seu papel universitário, que ao se tornarem representativas atraem estudantes e professores devido a função educacional. Baumgartner (2015, p.75) indicou que:

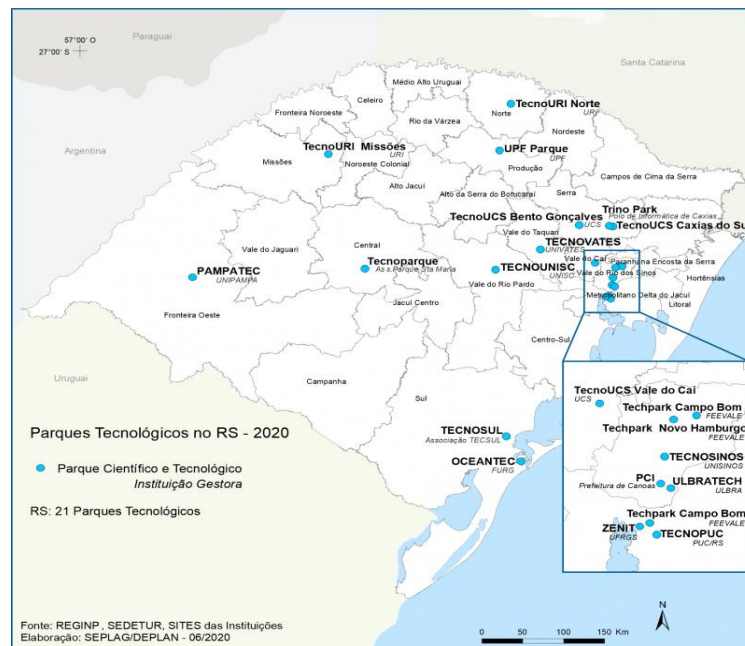
A implantação de uma universidade ou campus de uma universidade pública afeta as dinâmicas urbanas e regionais de cidades médias e pequenas, dentro de uma estratégia governamental de promoção do desenvolvimento que, para além do impacto econômico direto através da geração de empregos públicos de alta qualificação e gastos básicos de alunos e professores, promove a melhoria dos padrões educacionais, qualificação da força de trabalho, avanço e desenvolvimento tecnológico e cultural. Essas características se relacionam com a forte influência que a educação tem na chamada “era da economia do conhecimento”.

Dessa maneira, Baumgartner (2015, p. 76-77) arremata a “[...] expansão de instituições de ensino superior pode ser compreendida como uma política de Estado, que visa dotar o território de equipamentos necessários para a participação nas atividades produtivas mais avançadas.” Para complementar o autor perfaz algumas associações como “[...] as Universidades e as cidades, através de conceitos como economia criativa ou cidade de inovação. Isso porque “[...] as Universidades fomentam a vinda de serviços e comércios para o centro urbano, em função de um perfil populacional de maior renda, bem como de atividades vinculadas a alta tecnologia, incentivando a constituição de polos tecnológicos.”

4.3.Legislação da Agenda Criativa: o caso do Estado do Rio Grande do Sul

Toda a Agenda Criativa de Universidades e rede de parques e incubadoras tem vantagens com a inovação e com as ocupações criativas. A legislação conhecida como Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia, e Inovação o Decreto nº 9283, publicado em 7 de fevereiro de 2018, alterou legislações que tratavam de Ciência, Tecnologia e Inovação. Seus principais itens envolveram associações estratégicas e desdobramento de projetos de colaboração entre empresas e Universidades com objetivo de transferir tecnologia, atuar em parcerias para pesquisa, desenvolvimento e inovação. Ver figura 4.

Figura 4. Mapa dos Parques tecnológicos no Estado do RGS



Fonte: REGINP, SEDETUR, SEPLAG/DEPLAN, 2020.

Assim, tendo por referência documentos produzidos sobre o tema, listam-se algumas obras relevantes: o Relatório de Economia Criativa da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD); Relatório 2015 UNESCO/CISAC the International Confederation of Societies of Authors and Composers; o Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil pela FIRJAN; Guia do Empreendedor Criativo pela SEBRAE; Plano da Secretaria da Economia Criativa 2011-2014, dentre outras pesquisas efetuadas, que justificam a contribuição das indústrias criativas para a economia global e local, para as Universidades e para o desenvolvimento do território das cidades médias e dos ambientes de inovação. Enfatiza-se ainda uma plataforma da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC) que vem divulgando publicações sobre essas relações.

Também a “[...] Rede Gaúcha de Ambientes de Inovação - REGINP associação civil sem fins lucrativos, constituída como pessoa jurídica de direito privado, com autonomia jurídica, administrativa, financeira” (REGINP, 2021, s.p.) oportuniza e apoia a gestão de incubadoras no Estado do Rio Grande do Sul. Essa rede de incubadoras reúne parques tecnológicos e incubadoras de empresas.

No Rio Grande do Sul as legislações previstas na área de inovação, reúnem: a Lei nº 13.196, de 13 de julho de 2009 que, "estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, definiu mecanismos de gestão aplicáveis às instituições científicas e tecnológicas"; o decreto nº 46.840, de 21 de dezembro de 2009 que, “instituiu o programa gaúcho de parques científicos e tecnológicos - programas PGTEC”; o Decreto nº 47.733, de 30

de dezembro de 2010, que “concedeu benefícios fiscais previsto nesta norma”; o Decreto nº 49.354 de 10 de julho de 2012, que “dispõe sobre parques científicos, e incubadoras de empresas de base tecnológica”. A Secretaria de desenvolvimento e turismo no seu *site* apresenta o “Programa RS Tecnópole de Apoio às Incubadoras de Base Tecnológica e Indústria Criativa” buscando despertar através das políticas públicas governamentais o desenvolvimento.

A Atlas do RS (SEPLAG, 2019, s.p.) destacou que “os sistemas de inovação estão divididos, no estado em Polos, Parques e Incubadoras Tecnológicas, grande parte delas pertencentes às Universidades”. Nesse sentido, “[...] Parques são complexos produtivos industriais e de serviços de base científico-tecnológica, planejados, de caráter formal, concentrados e cooperativos, que agregam empresas tecnológicas desenvolvidas nos centros de P&D” (SEPLAG, 2019, s.p.). Já as incubadoras “[...] dão suporte às micro e pequenas empresas em processo de estruturação que desenvolvem ideias inovadoras” (SEPLAG, 2019, s.p.).

As incubadoras tornaram-se mecanismos de geração de empreendimentos que nascem dentro das Universidades e passam por processos de pré-incubação, seleção de empreendimentos, incubação, graduação para o mercado até a aceleração ou pós-incubação. Esses ambientes de inovação colaboram com a economia criativa e vice-versa. A inovação é vista consagradamente, como fases de um processo de desenvolvimento, produção e difusão de uma pesquisa. Contudo, foi no passado, tanto a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) através do Manual pormenorizou as políticas de inovação como uma:

[...] amálgama de políticas de ciência e tecnologia. Elas tomam como um dado o fato de que o conhecimento em todas as suas formas desempenha um papel fundamental no progresso econômico e a inovação é um fenômeno complexo e sistêmico. A abordagem de sistemas para a inovação muda o foco de política em direção a uma ênfase na interação das instituições e nos processos interativos no trabalho de criação de conhecimento e em sua difusão e aplicação. O termo “sistema nacional de inovação” foi cunhado para representar esse conjunto de instituições e esses fluxos de conhecimentos. Essa perspectiva teórica influencia a escolha de questões para incluir em uma pesquisa sobre inovação, e a necessidade, por exemplo, de um tratamento extensivo das interações e fontes de conhecimento (MANUAL DE OSLO, 2004, p. 21).

Assim, na dimensão setorial ou por segmentos, o engrandecimento da inovação tem diferentes graus de novidades tanto nos fatores, como nos impactos, que passaram a ser importantes para as indústrias criativas. A capacidade para inovar tornou-se, ao longo do tempo, uma resposta às mudanças ocorridas e seus efeitos resultantes sobre o meio. Nesse sentido, a força motriz básica, que resultaria na introdução de inovações na atividade produtiva, segundo

Dosi, (1982) e Lastres e Cassiolato (2003) contribuíram para uma melhor erudição do processo de inovação, que hoje tem o foco no sujeito e no objeto.

i) a abordagem “sujeito” parte do comportamento inovador e das atividades da firma em sua totalidade. A ideia é explorar os fatores que influenciam o comportamento inovador da empresa (estratégias, incentivos e barreiras à inovação) e o escopo de várias atividades de inovação, mas, sobretudo examinar os resultados e os efeitos da inovação. [...]; ii) a abordagem “objeto” compreende a coleta de dados sobre inovações específicas (normalmente uma “inovação significativa” de algum tipo ou uma inovação essencial de uma empresa). A abordagem envolve a coleta de dados descritivos, qualitativos e quantitativos sobre a inovação particular ao mesmo tempo em que dados sobre a empresa são investigados (MANUAL DO OSLO, 2001, p. 28).

Documentadamente os pressupostos, que explicam a inovação, segundo Schumpeter (1997), foram chamados de destruição criadora. E são as ascensões conceituais, que serviram de base e favoreceram aos setores industriais de uma região uma nova discussão, onde a economia criativa se revelou como um tema de desenvolvimento no conceito de inovação. A Inovação, Ciência e Tecnologia, estabeleceu um arcabouço normativo, que regulamenta as políticas públicas chamadas de Marco Legal da CT&I (MLCTI) e são formadas por: Emenda Constitucional nº 85/2015; Lei nº 10.973/2004 e outras 8 leis alteradas por meio da Lei nº 13.243/2016 e o Decreto nº 9.283/2018 (âmbito federal). Os benefícios envolvem fomento às empresas, especialmente pela cooperação com as ICTs, públicas e privadas (SEPLAG, 2021, s.p.).

5.Considerações finais

O objetivo geral de apresentar referenciais teórico relacionais as categorias previamente definidas permitiu entender, que as cidades médias, através de suas funções urbanas, dinâmica e intensidade das relações interurbanas, oportunizam o desenvolvimento da vocação empreendedora do Estado do Rio Grande do Sul, em diferentes regiões, devido a sua situação geográfica favorável, e capacidade de estrutura para ofertar bens e serviços incluindo as indústrias criativas e sua relação com a inovação, conforme as bases da Sposito (2004). Para oferecer algumas conclusões sobre o panorama parcial do Estado foi possível resumir, alguns itens, desse artigo:

- A economia criativa, conforme a UNCTAD (2012, p. 08) é composta por quinze indústrias de várias áreas. Envolve os “ciclos de criação, produção e distribuição de produtos e serviços, que utilizam criatividade e capital intelectual como insumos primários” potencializando o cruzamento entre os setores artísticos, de serviços e industriais; e setores dinâmicos no comércio mundial.

- A economia e indústrias criativas junto às Universidades desempenham um papel imprescindível no desenvolvimento econômico, social e político da sociedade, cujos avanços são os ambientes de inovação e, sem dúvida, os pilares para o desenvolvimento de pesquisas e acesso ao conhecimento. As chamadas novas mídias caracterizadas pela UNCTAD (2012) se voltam para pesquisas e desenvolvimento (P&D) criativo, entre outros serviços criativos digitais. A FIRJAN (2008) caracteriza como área de tecnologia: formada pelos segmentos de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento), TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) e Biotecnologia, e que envolve os profissionais criativos diretos.
- Nas cidades médias estão localizadas as Universidades, que podem ser caracterizadas por vários critérios, sejam demográficos ou pelas centralidades e funções urbanas. Por ser um conceito em construção, as cidades médias, são associadas aos polos (ou nós dessa trama) como aceleradores de atividades econômicas e de serviços existentes na estrutura econômica e vocacional empreendedora no Estado do Rio Grande do Sul. As cidades médias são centros regionais importantes, pois são “elos” entre cidades maiores e menores” conforme Sposito (2004, p. 126).
- O Estado reúne 15 Parques Tecnológicos e 30 Incubadoras Tecnológicas, sendo grande parte delas nas cidades médias, com exceção da metrópole, tornando-se mecanismo de geração de empreendimentos que, nascem dentro das Universidades e passam por processos de pré-incubação, seleção, incubação, graduação para o mercado até a aceleração ou pós-incubação. Esses ambientes de inovação colaboram com a economia criativa e vice-versa.

Assim, os dados apresentados oferecem condições de concluir, que a existência de ambientes tecnológicos nas Universidades estimula a geração de inovação, e do desenvolvimento de forma geral, mas são as cidades médias, que constituem o espaço impulsionador desse processo empreendedor no Estado do Rio Grande do Sul. A hipótese foi confirmada, pois, em outras palavras, lembrando Sposito (2004, 2006) de que só é possível mensurar o tamanho e a importância de uma cidade a partir do papel, que ela desempenha na rede urbana na qual ela está inserida. Contudo, atualmente torna-se mais difícil reconhecer a inserção de uma cidade média em sua determinada rede urbana devido a mundialização da economia e desenvolvimento das telecomunicações que vem rompendo os limites geográficos.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES (ANPROTEC). Disponível em: <https://anprotec.org.br/site/>. Acesso em: Acesso em maio de 2021.

BAUER, Martin; GASKELL, George (Orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Texto:** Entrevistas individuais e grupais. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAUMGARTNER, Wendel Henrique. Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, V. 5, N.1, p. 73-93, 2015 ISSN 2237-3071. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/viewFile/2525/2585>. Acesso em maio de 2021.

BENDASSOLLI, Francisco et. al. Compreendendo as indústrias criativas. In: WOOD JÚNIOR, Thomaz et al. (Org.). **Indústrias criativas no Brasil:** cinema, TV, teatro, música, artesanato, software. São Paulo: Atlas, 2009.

BENDASSOLLI, P; WOOD JR, T; KIRSCHBAUM, C. CUNHA, M. P. Indústrias criativas: definição, limites e possibilidades. In **Revista de administração de empresas, RAE.** São Paulo. v. 49; n.1; jan./mar. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v49n1/v49n1a03.pdf>. Acesso em maio de 2021.

BENHAMOU, Françoise. **Economia do patrimônio cultural.** Tradução de Fernando Kolleritz. – São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

BRASIL. DECRETO Nº 46.781, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2009. Institui o Programa PRÓ-INOVAÇÃO/RS, no âmbito das ações voltadas à regulamentação da Lei 13.196, de 13 de julho de 2009, que estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, define mecanismos de gestão aplicáveis às instituições científicas e tecnológicas do Estado do Rio Grande do Sul. Diário Oficial de 04 de dezembro de 2009. Disponível no endereço: <http://www.legislacao.sefaz.rs.gov.br/Site/Search.aspx?TxtBusca=46781>. Acesso em maio de 2021.

BRASIL. DECRETO nº 46.840 de 21 DE DEZEMBRO 2009. Institui o Programa Gaúcho de Parques Científicos e Tecnológicos - PROGRAMAS PGtec, como instrumento para regulamentar o disposto no Capítulo VII da Lei nº 13.196, de 13 de julho de 2009, e dá providências correlatas. Disponível no endereço: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=155501>. Acesso em maio de 2021.

BRASIL. DECRETO Nº 47.731, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010. Concede benefício fiscal previsto no [Decreto 46.781, de 4 de dezembro de 2009](#), do programa Pró-Inovação/RS. Diário Oficial de 30 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.legislacao.sefaz.rs.gov.br/Site/Document.aspx?inpKey=180385&inpCodDispositivo=&inpDsKeywords=46781>. . Acesso em maio de 2021.

BRASIL. DECRETO Nº 49.355, DE 10 DE JULHO DE 2012. Dispõe sobre o Programa Gaúcho de Parques Científicos e Tecnológicos - Programa PGtec. Diário Oficial 11/07/2012. Disponível em: <http://www.legisweb.com.br/legislacao/?legislacao=243226>. Acesso em maio de 2021.

BRASIL. LEI Nº 13.196, DE 13 DE JULHO DE 2009. Estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, define mecanismos de gestão aplicáveis às instituições científicas e tecnológicas do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências. Diário Oficial de 13 de julho de 2009. Disponível em http://www.sct.rs.gov.br/principal.php?menuSelecionado=legislacao_indice. Acesso em maio de 2021.

BRITISH COUNCIL. Unidade de Economia Criativa. **A economia criativa: um guia introdutório**. Série Economia Criativa e Cultural do British Council, Reino Unido. Publicada pelo British Council. Disponível em: https://creativeconomy.britishcouncil.org/media/uploads/files/Intro_guide_-_Portuguese.pdf. Acesso em fev. 2021.

BRITISH COUNCIL. **Guia prático para o mapeamento das indústrias criativas**. Série Economia Criativa e Cultural do British Council. London : Publicada pelo British Council, 2010. Disponível em: https://creativeconomy.britishcouncil.org/media/uploads/files/Mapping_guide_-_Portuguese.pdf. Acesso em fev. 2021.

CASSIOLATO, Eduardo.; SZAPIRO, Marina. Uma caracterização de Arranjos Produtivos Locais de Micro e Pequenas Empresas in **Pequena Empresa – Cooperação e Desenvolvimento Local**. Editores: LASTRES H.M.M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M.L. Rio de Janeiro, Relume Dumará. 2003.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. Sistema de inovação e desenvolvimento as implicações de política. **São Paulo Perspec.** vol.19 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392005000100003. Acesso em maio de 2021.

CONSÓRCIO DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS GAÚCHAS – COMUNG. Disponível em: <https://comung.org.br/sobre>. Acesso em janeiro de 2021.

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M E B. Cidades médias: espaços em transição. Expressão Popular: São Paulo, 2007. p. 23-34.

CUNNINGHAM, Stuart D; HIGGS Peter Lloyd . **Mapeamento das indústrias criativas: de onde viemos e para onde estamos indo?** Creative Industries Journal, 1(1). pp. 7-30, jan. 2008. DOI: [10.1386 / cij.1.1.7_1](https://doi.org/10.1386/cij.1.1.7_1). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/27476806_Creative_Industries_Mapping_Where_have_we_come_from_and_where_are_we_going. Acesso em fev. 2021.

DE MASI, Domenico (Org.) **A economia do ócio**. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2001.

DE MASI, Domenico. **A sociedade pós-industrial**. 3ª ed. São Paulo: Editora SENAC,2000.

DEPARTMENT OF CULTURE, MEDIA AND SPORT (DCMS). **Mapping the Creative Industries**. London: DCMS, 1998. Disponível em: http://www.culture.gov.uk/creative/creative_industries.html. Acesso em maio de 2021.

DOSI, Giovanni. Paradigmas tecnológicos e trajetórias tecnológicas: Uma interpretação sugerida dos determinantes e direções das mudanças técnicas. In **Research Policy**. Volume 11, Junho de 1982, páginas 147-162.

DUXBURY, Nancy, Cultural mapping: addressing the challenge of more participative and pluralist cultural policies and planning, In **Mouseion**, 33, 17-29, 2019. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/6048/0>. Acesso em: abril de 2021.

ELIAS, Denise. Construindo a noção de região produtiva do agronegócio, de. In: **Cidades Médias e Região**. Org. Maria José M. S. Calixto e Beatriz R. Soares. São Paulo: Ed. Acadêmica, 2017.

Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Cleverson-Reolon/publication/315043366_O_processo_de_aglomeracao_urbana_em_cidades_medias/links/58c8bc69aca2723ab17a0e87/O-processo-de-aglomeracao-urbana-em-cidades-medias.pdf. Acesso maio de 2021.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS CRIATIVAS DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). **A Cadeia da Indústria Criativa no Brasil**. Estudos para o Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, Sistema FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, Divisão de Estudos Econômicos, nº 2, maio de 2008. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/pagina-inicial.htm>. Acesso em: 21 jan. 2021.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Coleção Pesquisa Qualitativa (Coordenação de Uwe Flick). Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2004.

FLORIDA, Richard. **The rise of the creative class**. Washington monthly, May 2002. Disponível em: https://www.os3.nl/_media/2011-2012/richard_florida_-_the_rise_of_the_creative_class.pdf. Acesso em jan. 2021.

FLORIDA, Richard. **A ascensão da classe criativa**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

FRANÇA, I. S. de.; PEREIRA, A. M.; SOARES, B. R.; MEDEIROS, D. L. **Cidade Média, Polarização Regional e Setor de Educação Superior**: Estudo de Montes Claros, no Norte de Minas Gerais. Revista Formação, Presidente Prudente, v. 2, n.16, p.52-70, 2009. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/863>. Acesso em abril de 2021.

HOWKINS, J. **The Creative Economy**: How People Make money from Ideas, Penguin: Global, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em maio de 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA- IPEA . Disponível em: www.ipea.gov.br. Acesso em abril de 2021.

LANDRY, Charles. **The Creative City**: A Toolkit for Urban Innovators, Earthscan Publications Ltd., London May 2013.

LASTRES, Helena; CASSIOLATO, José Eduardo. Novas Políticas na Era do Conhecimento: O Foco em Arranjos Produtivos e Inovativos Locais. **Revista Parcerias Estratégicas**, fevereiro, 2003. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/235/1/LASTRESPE2003i.pdf>. Acesso em maio de 2021.

LANDRY, Charles. **Origens e Futuros das Cidades Criativas**. São Paulo. Editoria SESI, 2013.

MANUAL DE OSLO. **Proposta de Diretrizes para a Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação Tecnológica**. Original da OECD, 1997. Tradução sob responsabilidade da FINEP, 2004. Disponível em: <http://www.finep.gov.br/images/apoio-e-financiamento/manualoslo.pdf>. Acesso em maio de 2021.

MCT. Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional, Plano de Ação 2007-2010, **Ministério da Ciência e Tecnologia**, Governo Federal do Brasil, 2007.

Disponível em:

<https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/725/1/Ciencia%20tecnologia%20e%20inova%C3%A7%C3%A3o%20para%20o%20desenvolvimento%20nacional.pdf>. Acesso em maio de 2021. Acesso em maio de 2021

MDIC, Termo de Referência para Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais, disponível em:

<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=300>

http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1289322946.pdf. Acesso em maio de 2021

MOTTA, Diana; MATA, Daniel da. **A Importância da cidade média**. IPEA: 2009. Ano 6, Edição 47 - 19/02/2009. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8145/1/A%20import%C3%A2ncia%20da%20cidade%20m%C3%A9dia.pdf>. Acesso em abril de 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20746-organizacao-para-a-cooperacao-e-desenvolvimento-economico-ocde>. Acesso em abril de 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Manual de Frascati: **metodologia proposta para levantamentos sobre pesquisa e desenvolvimento experimental**. São Paulo: F-INICIATIVAS P+D+I, 2013. 324 p. disponível em: <https://www.f-iniciativas.com.br/sites/default/files/Manual-de-Frascati-2019-online-FIniciativas-brasil.pdf>. Acesso em abril de 2021.

PRATT, Andy et al. Economistas fazem inovação; os artistas fazem criatividade? O caso de uma perspectiva alternativa sobre inovação e criatividade. **Journal of Business Anthropology**, 4 (2), pp. 235-244. (2015). Disponível em:

<https://rauli.cbs.dk/index.php/jba/article/view/4893>. Acesso em abril de 2021

QUINTELA, Pedro; FERREIRA, Claudino. Indústrias culturais e criativas em Portugal: um balanço crítico de uma nova ‘agenda’ para as políticas públicas no início deste milênio. In **Revista Todas as Artes**. Porto. Vol. 1, n.º 1, 2018, pp. 88-110. Disponível

em:<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/81231/1/Ind%C3%BAstrias%20culturais%20e%20criativas%20em%20Portugal.pdf>. Acesso em jan.2021.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural: 1997.

SEPLAG. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Atlas Socioeconômica do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SEPLAG, 2019. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial>. Acesso em jan.2021.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas. GUIA DO EMPREENDEDOR CRIATIVO. Brasília Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/e1bb929711a641ae93eb6dbb5853db3d/\\$File/5442.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/e1bb929711a641ae93eb6dbb5853db3d/$File/5442.pdf). Acesso em abril de 2021.

UNCTAD. **Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento**. (2012). Disponível no endereço: <http://unctad.org/en/Pages/Home.aspx> Acesso em maio de 2021.

UNCTAD – Creative Economy Report 2010, **The challenge of Assessing the Creative Economy: towards informed Policy-making**, United Nations, 2012. Disponível em: http://unctad.org/en/Docs/ditc20082cer_en.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

UNESCO. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Relatório mundial: Repensar as Políticas Culturais: Criatividade para o Desenvolvimento**.2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/unesco-lanca-em-sp-relatorio-global-sobre-economia-criativa-e-politicas-culturais/> Acesso em fev. 2021.

UNESCO. NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA **Informe Sobre La Economía Creativa. Ampliar Los Cauces De Desarrollo Local**. 2013. Edición Especial. Paris: Naciones Unidas/PNUD/ UNESCO, 2014. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/pdf/creative-economy-report-2013-es.pdf>. Acesso em: jan. 2021.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O centro e as formas de expressão da centralidade urbana**. Geografia, São Paulo, n. 10, 1991. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/geografia/v10n1.pdf>. Acesso em maio de 2021.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A gestão do território e as diferentes escalas da centralidade urbana. **Território**, Rio de Janeiro, Ano III, n. 4, jan/jun, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sn/v20n1/a14v20n1.pdf>. Acesso em maio de 2021.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Investigaciones Geográficas, **Boletín del Instituto de Geografía-UNAM**, núm. 54, 2004, pp. 114-139 Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/192670271.pdf>. Acesso em maio de 2021.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (et al). O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/geo/REDES_URBANAS. Acesso em maio de 2021.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: FASE/ ICSA/UFPA, 2009. v. 1.

ZAMBANINI, Marcos Eduardo et al. Inovação e desenvolvimento territorial: uma análise sobre São José dos Campos. In **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 489-520, set. 2016. Disponível em: <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/inovacao.pdf>. Acesso em maio de 2021.

ZAMBANINI, Marcos Eduardo; BRESCIANI, Luís Paulo; PEREIRA, Raquel da Silva; SOUZA, Dércia Antunes de; ORTEGA, Gustavo. Sustentabilidade e Inovação: Um Estudo Sobre o Plástico Verde. **Rama - Revista em Agronegócios e Meio Ambiente**, v. 7, p. 429-453, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/rama/article/view/2854>. Acesso em maio de 2021.